



## Desonerações prejudicam a Previdência, dizem especialistas

Professora de economia e representante do Ministério Público criticam o governo por propor corte de gastos após renúncia fiscal “estratosférica”



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Previdência Social no Brasil é superavitária, apesar de não ser corretamente ressarcida pela política de desonerações fiscais, de acordo com a professora da UFRJ Denise Lobato Gentil. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, ela e o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, consideraram alarmista o discurso do governo em relação ao envelhecimento da população.

No ano passado, a administração federal abriu mão de R\$ 62 bilhões na área previdenciária, segundo Denise, e deve deixar de ganhar R\$ 54 bilhões em 2016. Fleury acrescentou que setores beneficiados com as desonerações deveriam apresentar contrapartidas, como garantia de preservação de empregos, investimento em tecnologia e preservação ambiental. O senador Paulo Paim, que presidiu a audiência, disse que servidores públicos também serão atingidos pela reforma da Previdência. **3**

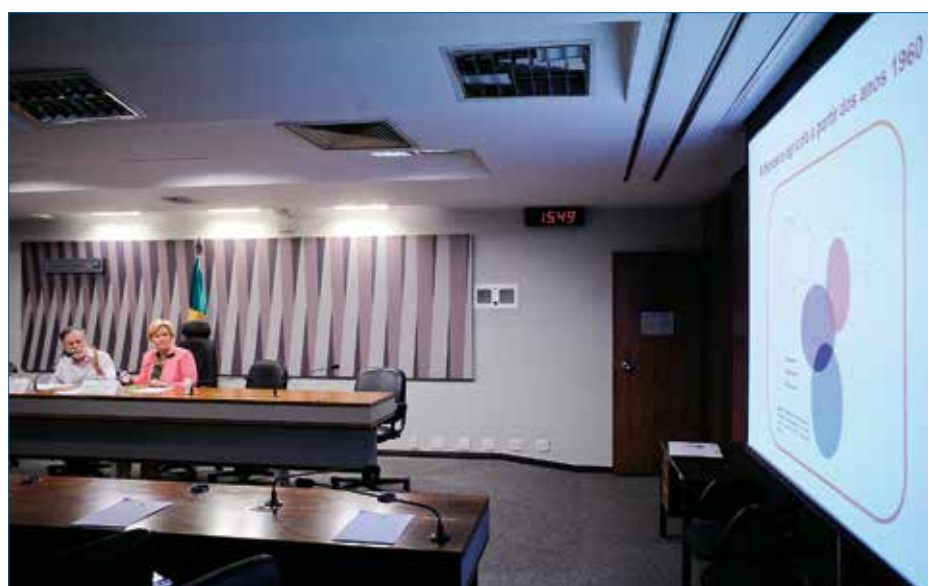
Ao lado de Paulo Paim, a economista Denise Gentil adverte que desoneração em grande escala enfraquece o financiamento de políticas sociais

### Audiência tratará de tecnologia contra mosquito

A Comissão de Agricultura decidiu ontem que fará uma audiência pública com pesquisadores da Embrapa e de outras três instituições científicas para saber como está o desenvolvimento de tecnologias de combate ao *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, da zika e da chicungunha. A data do debate ainda será marcada. **4**

### Para pesquisador da Embrapa, reforma agrária já não cabe no país

A agropecuária hoje tem novas características, como a dependência de grandes investimentos em tecnologia, o que não é encontrado nos assentamentos da reforma agrária, afirmou o sociólogo Zander Navarro, pesquisador da Embrapa, em audiência na Comissão de Agricultura. De acordo com ele, o país aplicaria melhor seus recursos se extinguisse o Incra e o programa de distribuição de terra, já que a produção rural só poderá ser ampliada com inovação e tecnologia. No novo padrão produtivo, disse, os investimentos financeiros têm importância maior do que a terra e a mão de obra entre os fatores de produção. E o associativismo é a única saída para a agricultura familiar. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Zander Navarro, em audiência presidida por Ana Amélia, apresenta as características da agricultura

### Aloysio Nunes questiona dificuldade enfrentada por empresa do pré-sal

As razões por que o capital social da empresa Pré-Sal Petróleo S.A., que gerencia e fiscaliza contratos de exploração de petróleo sob regime de partilha nos campos do pré-sal, ainda não foi totalmente integralizado foram questionadas por Aloysio Nunes Ferreira. O senador requereu informações ao Ministério de Minas e Energia sobre as dificuldades financeiras e administrativas da estatal, apontadas em relatório do Tribunal de Contas da União, que podem comprometer e até inviabilizar a realização de atividades técnicas. **2**

### Senado supera marca de 1 milhão no Facebook

Mais de 1 milhão de pessoas já acompanham pelo Facebook notícias, debates e informações do Senado. O número de seguidores da página na rede social mais que triplicou em 12 meses. O perfil também alcançou a posição número um entre as instituições do governo, em termos de engajamento, que mede número de seguidores e interação, como compartilhamentos e comentários. **2**



Agência Petrobras

Plataforma de extração de petróleo: senador quer informações sobre estatal que gerencia atividade



# Aloysio quer informação da Pré-Sal Petróleo

Requerimento protocolado ontem pelo senador Aloysio Nunes Ferreira pede ao Ministério de Minas e Energia que diga se dificuldades econômicas impedem a empresa de exercer suas atividades

O SENADOR ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) protocolou ontem na Mesa do Senado um requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia para entender a real situação da empresa Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Em 2013, a empresa foi criada para gerenciar e fiscalizar contratos de exploração de petróleo sob regime de partilha nos campos do pré-sal.

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de novembro de 2015 apontou que, diante das dificuldades financeiras e administrativas

da estatal, havia “sérios riscos de comprometer ou até inviabilizar a realização de importantes tarefas técnicas”, como análise de dados de perfuração e testes de modelagem de escoamento.

No requerimento, o tucano pergunta ao ministro da pasta, Eduardo Braga, se há alguma dificuldade econômica, financeira ou administrativa que possa impedir a PPSA de exercer suas atividades.

Dos R\$ 50 milhões previstos para a integralização do capital social da empresa, apenas R\$ 17 milhões haviam sido apli-

cados até dezembro de 2014. Além disso, as receitas devidas pela gestão dos contratos não vêm sendo repassadas para a estatal por falta da assinatura de um contrato de remuneração com o ministério.

No relatório, o próprio TCU relata ser “perceptível o baixo envolvimento do ministério na formação e no fortalecimento da atuação da PPSA”.

“Por que o capital social da PPSA ainda não foi totalmente integralizado? Qual o plano para reverter o quadro econômico adverso da PPSA? Por que o contrato de remuneração ainda não foi firmado, passados mais de dois anos?”, pergunta o senador no requerimento.



Agência Petróleos

PPSA foi criada para gerenciar e fiscalizar contratos de exploração do pré-sal

Depois de protocolado, a Mesa indicará um relator para

a matéria. Se receber parecer favorável do relator, o requerimento será enviado ao Ministério de Minas e Energia, que terá 30 dias para encaminhar a resposta.

## Senado alcança 1 milhão de seguidores no Facebook

A presença do Senado nas mídias sociais tem-se fortalecido cada vez mais. Nos últimos 12 meses, o número de seguidores no Facebook mais que triplicou, passando de 277 mil em janeiro de 2015 para 1 milhão em 20 de janeiro deste ano. Somente nos primeiros 20 dias de 2016, 130 mil novos usuários curtiram a página. Ontem, os números já chegavam a 1.061.300.

Criado em agosto de 2010, o perfil traz informações sobre projetos, debates, votações e atividades institucionais.

Outro dado que merece destaque é que, segundo o site Quintly, o perfil do Senado no Facebook alcançou a posição número um entre as instituições do governo, em termos de engajamento. O ranking considera o total de usuários e a quantidade de pessoas in-

teragindo com as publicações, o que é mensurado pelo número de compartilhamentos, curtidas e comentários.

### Participação ativa

Segundo o chefe do Serviço de Gestão de Perfis e Conteúdo, Moisés Oliveira, os bons resultados superaram as expectativas e são motivo de satisfação para a equipe do Núcleo de Mídias Sociais, ligado à Secretaria de Comunicação do Senado.

Para ele, o fato de o levantamento da Quintly considerar perfis de relevância global, como a Nasa e a Casa Branca, mostra que, além da alta quantidade de usuários, há um elevado nível de engajamento.

— São seguidores que estão participando de forma bastante ativa. Acredito que o interesse do brasileiro pela política,

de forma geral, está cada vez maior e o cidadão identifica que o perfil do Senado é uma fonte de informação confiável.

Oliveira explica que o núcleo adapta o conteúdo à linguagem das redes sociais. Ele destaca ainda o elevado alcance da página, que é ainda mais expressivo do que a quantidade de seguidores.

— O alcance refere-se ao número de pessoas para as quais a gente consegue apresentar as postagens. Na medida em que alguém compartilha uma postagem, está levando para outras pessoas. Na semana passada, por exemplo, tivemos um alcance médio diário de 6 milhões de pessoas — salientou, ressaltando que, segundo o site Social Bakers, o Senado representa a décima maior página de governo do Brasil em número de seguidores e a que mais cresceu no último mês.

Segundo Oliveira, as postagens que geram maior interesse tratam de assuntos com interferência no cotidiano, especialmente as relacionadas a educação, segurança pública e direitos humanos.

O núcleo também administra as contas da Casa no Twitter, no Tumblr, no YouTube e no Instagram.



Número de pessoas que curtem a página na rede social triplicou em 12 meses

Acesse a página: [facebook.com/senadofederal](http://facebook.com/senadofederal)

## UnB está perto de preencher metade das vagas com alunos da rede pública

Hélio José (PMB-DF) elogiou o resultado dos estudantes da rede pública no Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de



aprovados, em razão das dificuldades que os estudantes da rede pública enfrentam.

Segundo o senador, em apenas uma escola pública foram aprovados 54 alunos.

Hélio José, que também foi aluno de escola pública, declarou-se orgulhoso dos

O senador afirmou que, há pouco tempo, somente “endinheiros” conseguiam passar para as universidades federais.

— Com o PAS, a UnB está perto de cumprir a meta legal de preencher 50% de suas vagas com estudantes vindos da rede pública.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • **Alô Senado:** 0800 612211  
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • **TV:** [senado.leg.br/tv](http://senado.leg.br/tv)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portela
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Coordenação de Edição:** Silvio Burle
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Segundo professora da UFRJ, a administração federal deixou de arrecadar R\$ 62 bilhões em 2015 e deve deixar de ganhar R\$ 54 bilhões em 2016 na área previdenciária

# Para economista, governo deve à Previdência

A PROFESSORA DO Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil fez ontem duras críticas à postura do governo federal em relação à seguridade social. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ela garantiu que o sistema brasileiro é superavitário, apesar de ter sido prejudicado pela política de desoneração fiscal.

Conforme Denise, o governo abriu mão de receitas relevantes e não ressarciu a Previdência de forma completa, visto que houve perdas com a arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

— A política fiscal do governo Dilma é um retumbante fracasso. A desoneração em grande escala prejudica o financiamento futuro das políticas sociais. Não é aceitável que o governo adote esse patamar estratosférico de renúncia e agora proponha corte de gastos — afirmou.

Segundo ela, a administração federal deixou de arrecadar R\$ 62 bilhões em 2015 e deve deixar de ganhar outros R\$ 54 bilhões em 2016 na área previdenciária.

— O governo abre mão de cifras enormes da Cofins, CSLL e PIS-Pasep, renuncia a receitas que estariam a serviço da população na saúde, na assistência social e na Previdência. E o pior: não funcionou a estratégia — disse.



Denise Gentil, ao lado de Paulo Paim: as renúncias fiscais do governo não contribuíram para impulsionar a economia

A professora alega que há, por parte do governo, um discurso alarmista em relação ao envelhecimento da população.

— As previsões feitas sobre crescimento demográfico são cheias de subjetivismo. Não acredito que, no futuro, teremos queda tão brutal a ponto de justificar reforma draconiana hoje em 2016.

## Contrapartidas

O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, concordou com a economista e disse acreditar que o governo quer vender o caos para justificar mudanças. Ele defendeu a exigência de contrapartidas para os setores beneficiados com desonerações tributárias.

— É preciso ao menos haver contrapartidas, como garantia de preservação de empregos, investimento em tecnologia, preservação ambiental. Nas concessões de portos e aeroportos, por exemplo, qual foi a contrapartida? Zero. Nem sequer há exigência de se cumprir a legislação. Não por acaso, é constante o descumprimento da legislação trabalhista pelos concessionários de portos — lamentou.

A audiência da CDH foi presidida por Paulo Paim (PT-RS), que fez um alerta aos servidores públicos. Na opinião do parlamentar, a categoria também será prejudicada com a reforma da Previdência, e não somente os trabalhadores da iniciativa privada, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

— Como o governo vai explicar para a sociedade que vai aumentar a idade mínima para trabalhadores privados e deixar os servidores públicos de fora? Não tem lógica. A bomba vem em cima de todos — afirmou.

## Prioridades

Lindbergh Farias (PT-RJ), por sua vez, mostrou-se preocupado com as prioridades do Congresso para este ano, apresentadas na abertura do ano legislativo pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Entre os projetos anunciados como prioritários por Renan, estão o que regulamenta a terceirização de mão de obra, o que dá autonomia ao Banco Central (BC) e o que sobriga a Petrobras de ser a operadora

única do pré-sal. O senador pediu o apoio dos sindicatos para barrar a pauta, que classificou de “neoliberal”.

Lindbergh apontou ainda como grande equívoco o ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma Rousseff. Para ele, as proposições são incoerentes com o momento de crise.

— Deveríamos é estar preocupados com a recuperação do crescimento econômico, com proteção dos empregos. Temos que ter forças neste momento para mostrar que o rumo está errado. Às vezes, o melhor amigo não é o que fica calado, mas o que diz que o caminho está errado — disse.

## Centrais sindicais

Também participaram da reunião representantes de centrais sindicais, que foram unânimes nas críticas ao ajuste fiscal do governo, às propostas de flexibilização de leis trabalhistas e de mudanças previdenciárias.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, informou que, conforme enquête publicada na página da entidade, 88% dos participantes do levantamento são contra mudanças na Previdência Social. Para ele, o aumento da idade para a aposentadoria ou a equiparação entre homens e mulheres são retrocessos.

— A CUT é totalmente contra. A proposta é um contrassenso e não podemos admitir. A conta sempre estoura nas costas dos trabalhadores — reclamou.

## Ana Amélia: combate à dengue virou “guerra”

O combate ao mosquito transmissor do vírus da zika e de outras doenças é uma responsabilidade não somente dos governos, mas de todos os brasileiros, disse Ana Amélia (PP-RS). A senadora mencionou o discurso da presidente Dilma Rousseff sobre o problema, mas observou que “a guerra” ao mosquito é uma necessidade tão aguda quanto a necessidade de combate à crise econômica.

— Cada um de nós tem a responsabilidade: na sua casa, no seu ambiente de trabalho, no seu vizinho, no seu conhecido, no seu parente, de entrar nessa guerra. Não há como vencer esse mosquito sem um grande esforço de todos nós.

Ao lembrar a comemoração do Dia Mundial de Combate ao Câncer, Ana Amélia chamou a atenção para as iniciativas parlamentares sobre o tema. Ela destacou o debate sobre a avaliação clínica da fosfoetanolamina sintética, a chamada pílula do câncer, e a aprovação da lei que obriga os planos de saúde a fornecer medicamentos de uso oral para tratamentos de quimioterapia.

## Capiberibe faz críticas ao governo do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) reclamou da gestão do governo do Amapá, eleito em 2014. Entre outras críticas, ele disse que a atual administração está atrasando o pagamento dos servidores, em um ano aumentou a folha de pessoal em R\$ 180 milhões e levou a saúde pública a uma situação catastrófica.

Para o senador, a crise se deve à má gestão do governo local e nada tem a ver com às dificuldades nacionais:

— Há um descaso mesmo e falta de atenção à comunidade. Isso não se pode atribuir à crise política nacional. É crise local, é crise de gestão de responsabilidade local. É inaceitável que se tente jogar tudo para debaixo do tapete, procurando resolver apenas com pacto político. Não se resolve — alertou o senador.

Capiberibe também saudou os 258 anos de Macapá, comemorados ontem.

— A cidade tem um endereço emblemático: esquina do Rio Amazonas com a linha do Equador.



Ano Volpe/Agência Senado

## Reajuste para aeronautas é justo, avalia Paulo Paim

A mobilização dos aeronautas e aeroaviários que paralisaram os trabalhos por duas horas na quarta, atrasando e até cancelando voos, é justa, na opinião de Paulo Paim (PT-RS).

Ele lembrou que os trabalhadores prometeram não fazer paralisações durante o Carnaval e esperam que os patrões paguem o aumento de 11% em seus salários, sem parcelamento.

— Esperamos que os empresários do setor atendam a reivindicação dos trabalhadores, que é um reajuste de 11%, contemplando unicamente a reposição da inflação.

Anteontem, o senador fez um balanço das atividades da Comissão de Direitos Humanos no ano passado. Segundo o presidente do colegiado, foram mais de 100 audiências e 40 sessões deliberativas

O presidente da CDH ressaltou que as sessões deste ano foram abertas com uma audiência sobre o trabalho escravo, da qual participou o vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2014, Kailash Satyarthi, que pediu o apoio dos senadores no combate a essa prática.

## Lira celebra duplicação da BR-230, na Paraíba

Raimundo Lira (PMDB-PB) comemorou a dotação de R\$ 165 milhões do Orçamento da União para duplicação da BR-230. O trecho que vai ser duplicado tem cerca de 350 quilômetros e fica entre Campina Grande e Cajazeiras, na Paraíba.

— Há uma necessidade absoluta, não só por conforto, mas, sobretudo, por segurança, de que essa BR seja duplicada para evitar acidentes, que têm acontecido com certa frequência, e que vidas sejam perdidas, vidas preciosas perdidas naquele percurso.

Outra obra de “infraestrutura cidadã” mencionada por Lira foi a transposição do Rio São Francisco. Segundo o senador, a Paraíba é o estado com menor potencial hídrico do país, por isso será muito beneficiado.

Lira também comemorou a aprovação de projeto de autoria dele que cobra das empresas que usam rios para produzir energia um percentual sobre o faturamento bruto.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



# Tempo da reforma agrária passou, diz sociólogo

Pesquisador da Embrapa afirmou que agricultura hoje requer muito investimento, o que torna os assentamentos rurais insustentáveis. Para ele, Incra deveria ser extinto

NÃO HÁ MAIS espaço no Brasil para a reforma agrária, disse ontem o sociólogo Zander Navarro, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com Navarro, a agricultura atual tem novas características, como a dependência de grandes investimentos em tecnologia, o que não é encontrado nos assentamentos de famílias rurais.

— O tempo histórico da reforma agrária acabou, não tem mais nenhuma justificativa. Os recursos seriam aplicados de maneira mais eficiente se extinguissemos o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e o programa de distribuição de terra e utilizássemos os recursos de outra forma para as famílias mais pobres — disse.

Em resposta a questionamentos de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Lasier Martins (PDT-RS) e Wellington Fagundes (PR-MT), Navarro opinou que o Incra poderia ser transformado em um instituto de terras dedicado à titulação e regularização fundiária.

## Falta de dados

Sobre a exploração agrícola dos assentamentos, ele informou que já foram destinados 88 milhões de hectares para a reforma agrária, mas disse não haver dados sobre a produção realizada nessa área. Frente a essa falta de informação, os senadores aprovaram um requerimento solicitando ao governo federal que envie à comissão os dados sobre a produção agrícola nos assentamentos rurais.

De acordo com Navarro, a ampliação da produção agropecuária brasileira está diretamente ligada a investimentos em tecnologia.



Cooperativismo é a única saída para produção familiar, diz Navarro a Ana Amélia

O novo padrão produtivo, segundo Navarro, revela uma “inérita e crescente monetarização das regiões rurais”, onde investimentos financeiros têm importância maior do que a terra e a mão de obra entre os fatores de produção.

— Praticamente 70% do crescimento da produção agropecuária se deve à tecnologia, não se deve mais ao trabalho e muito menos à

terra — afirmou o sociólogo.

A concentração de renda foi outro aspecto destacado pelo pesquisador.

— Hoje, 0,62% dos estabelecimentos rurais respondem pela metade da renda bruta da agropecuária, e 0,5% do total dos contratos de crédito ficam com um terço do valor investido — explicou.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), questionou

o convidado quanto ao papel do associativismo e do cooperativismo como caminho para a inserção produtiva de pequenos e médios agricultores no mercado.

— É a única saída para milhões de famílias rurais de tamanho médio e pequeno. Não há outra — opinou Navarro.

## Tributação

Também durante o debate, Ronaldo Caiado (DEM-GO) manifestou preocupação com a possibilidade de tributação das exportações do agronegócio. Segundo o senador, a hipótese tem sido apontada como forma de reduzir o déficit do regime diferenciado do trabalhador rural na Previdência Social.

Para Navarro, uma possível tributação dos produtos agropecuários exportados penalizaria ainda mais o setor, que já enfrenta a queda de preços no mercado mundial.

# Cientistas falarão sobre tecnologias contra mosquito Aedes

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu que ouvirá a Embrapa sobre suas pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias de combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor dos vírus da dengue, da zika e da chicungunha. Essa foi uma das cinco audiências aprovadas ontem pelos senadores da CRA.

A data do debate sobre o controle dessas doenças ainda será marcada. Wellington Fagundes (PR-MT), autor do requerimen-

to, sugere que também sejam convidados pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e dos Institutos Agrônomicos de Campinas e do Paraná.

Por sugestão de Acir Gurgacz (PDT-RO), a CRA fará no dia 18 um debate para avaliar o cumprimento das metas de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Participarão representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, da Confederação da Agricultura e

Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A CRA também ouvirá os ministros da Agricultura, Kátia Abreu, e do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, que apresentarão as diretrizes e os programas prioritários de suas pastas para este ano. O convite aos dois ministros foi sugerido pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS). A sugestão foi aprovada ontem e a data dos debates ainda será marcada.

Os senadores aprovaram ainda requerimento de Lasier Martins (PDT-RS) para a realização de audiência sobre os PLSs 672/2015 e 675/2015, que estabelecem medidas para o combate ao desperdício de alimentos, em data também a ser marcada.

Serão convidados nomes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Agricultura, da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento, da Associação

Brasileira de Indústrias da Alimentação e da Associação Brasileira de Supermercados.

## Maçãs

Ainda na reunião de ontem, foram aprovados requerimentos pedindo ao governo informações sobre a produção agrícola dos assentamentos de reforma agrária e solicitação de Ana Amélia para a realização de um seminário em São Joaquim (SC) sobre medidas para incentivar a produção de maçã.

## Caiado critica processo de venda de estatal elétrica

Faltaram informações na audiência que discutiu o leilão da Companhia Elétrica de Goiás (Celg), realizada na quarta-feira pelos governos federal e estadual, afirmou Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador explicou que, há três anos, 51% da Celg foram transferidos para a Eletrobras. Para isso, afirmou, Goiás assumiu o passivo da empresa, de R\$ 2,3 bilhões, e fez empréstimos de R\$ 7,9 bilhões para quitar dívidas existentes.

— A mudança não melhorou os serviços. A previsão é que a Celg seja vendida por menos de R\$ 3 bilhões. A parte que Goiás receberá, cerca de R\$ 1,5 bilhão, é bem inferior a essas dívidas — lamentou.



Moniana Matiz/Agência Senado

## Lobão considera que elevar imposto terá efeito nefasto

Os boatos de uma reforma tributária “ao contrário” está assustando a população e os empreendedores, disse Edison Lobão (PMDB-MA).

Segundo o senador, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) propôs o aumento da alíquota máxima do imposto sobre heranças e doações de bens e direitos dos atuais 8% para 20%. Além disso, existem duas medidas provisórias do ajuste fiscal que mexem nos impostos.

— Em vez de simplificar o sistema tributário e reduzir seu peso, o governo está cogitando um aumento significativo de tributos. Uma reforma assim teria efeitos nefastos — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Não é o povo que deve socorrer o governo, diz Lasier

Para Lasier Martins (PDT-RS), é o governo que tem de socorrer a população, não o contrário. Ele criticou Dilma Rousseff por querer recriar a CPMF para cobrir o rombo nas contas públicas. Esse cenário, na opinião do senador, é consequência da falta de profissionalismo na administração pública. Ele disse que as ações do governo não são devidamente planejadas, executadas e fiscalizadas, o que gera prejuízos.

— Se somarmos isso a um Estado grande, inchado, permeado por um número interminável de estatais que consomem milhões, fica evidente que a ineficiência é a marca da atual administração.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Dário afirma que Congresso precisa votar reformas

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou que 2016 exigirá dedicação e empenho do Congresso diante da necessidade de reformas estruturais visando à retomada dos investimentos, à saúde do ambiente dos negócios, ao combate do desemprego e ao reposicionamento do pacto federativo. Citou as reformas administrativa, trabalhista, previdenciária, política e tributária.

O parlamentar disse que o Senado terá temas controversos pela frente, como a terceirização de mão de obra, a independência do Banco Central e o fim da obrigatoriedade da Petrobras de participar dos investimentos do pré-sal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Anastasia, gestão Dilma é despreparada

Na avaliação de Antonio Anastasia (PSDB-MG), a crise do Estado faz com que o Brasil viva momentos de desesperança e experimente retrocesso em áreas nas quais tinha avançado, como a estabilidade da moeda.

Além da falta de planejamento e do despreparo do governo, avaliou o senador, o país sofre com a resistência a medidas que poderiam dar mais dinamismo à administração pública, como a premiação dos melhores servidores.

Ele disse que a concentração de recursos públicos nos cofres da União impede que estados e municípios consigam implementar medidas que atendam às necessidades do povo.



Waldemir Barreto/Agência Senado